CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (21/11)

DIREITO & JUSTIÇA



Licitações são consideradas irregulares pelo TCE-GO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) decidiu que duas licitações da Secretaria de Estado da Saúde realizadas em 2002, para a aquisição de medicamentos para a Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa, são irregulares. O Tribunal Pleno determinou, ainda, o arquivamento dos altos e condenou as duas empresas vencedoras das tomadas de contas especiais ao pagamento de R$ 360 mil. Em seu parecer, o procurador Fernando dos Santos Carneiro entendeu que houve dano ao erário nos contratos celebrados entre as empresas e a Secretaria de Saúde. O voto do relator, conselheiro Saulo Marques Mesquita, foi acompanhado pelos outros conselheiros. Os envolvidos terão 15 dias para comprovar o recolhimento dos valores.

O POPULAR (21/11)

POLÍTICA

CCJ aprova PEC da 2ª instância

CÂMARA DOS DEPUTADOS Por 50 votos a 12, Comissão de Constituição e Justiça aprovou a admissibilidade da proposta, que segue agora para apreciação de uma comissão especial

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Caroline de Toni (PSL-SC), relatora do projeto, durante sessão da Comissão de Constituição e Justiça

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem por 50 votos a 12 a admissibilidade da proposta que abre caminho para prender condenados após a segunda instância.

Há duas semanas, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de forma contrária e vinculou o início do cumprimento da pena ao chamado trânsito em julgado, quando se esgotam as possibilidades de recurso do réu.

O texto, agora, será analisado por uma comissão especial que vai avaliar o teor da mudança. Depois, tem de ser votado em plenário em dois turnos e passar pelo mesmo rito no Senado.

Os deputados aprovaram a PEC 199 de 2019 que modifica os artigos 102 e 105 da Constituição, acabando com o recurso extraordinário, apresentado ao STF, e o recurso especial, apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com isso, o réu só poderá recorrer até a segunda instância e, depois disso, o processo será considerado em transitado em julgado.

Essa é a segunda matéria apresentada pelo deputado Alex Manente (Cidadania-SP) que trata do assunto. Para evitar alterar o artigo 5º da Constituição Federal - conforme orientação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que alertava para o risco de que haveriam interpretações de que a presunção da inocência é uma cláusula pétrea e não poderia ser alterada por emenda à Constituição - o autor preferiu acabar com os recursos extraordinário e especial ao STF e ao STJ, previstos nos artigos 102 e 105 da Constituição. Sendo assim, o "trânsito em julgado" seria antecipado para condenação em tribunal recursal.

No Twitter, Manente comemorou: "Aprovamos na CCJ da Câmara por 50 votos a 12, o texto de minha autoria, a PEC 199/2019, que permite a prisão após condenação em 2ª ou única instância! Grande dia".

A relatora do projeto, Caroline de Toni (PSL-SC), também celebrou a aprovação da PEC. Na rede social, ela escreveu: "Com muita luta conseguimos dar na CCJ uma resposta à sociedade que não aguenta mais viver no país da impunidade! Vamos em frente, Sérgio Moro e Jair Bolsonaro". (Agência Estado)

Em gesto político, Moro vai à Câmara

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, foi até a Câmara dos Deputados ontem em busca de apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que abre caminho para a prisão de condenados após segunda instância. Moro se encontrou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), logo após a Comissão de Constituição e Justiça da Casa ter aprovado a admissibilidade da proposta. Num gesto político, Moro agradeceu aos deputados pelo empenho na votação. "Minhas congratulações à Câmara. É importante para o nosso sistema de justiça criminal que tenha um fim no processo em um prazo razoável. Que absolva o inocente, mas que o culpado, quando reconhecido como tal, seja efetivamente punido", disse o ministro, ao deixar o gabinete de Maia. (AE)

DIÁRIO DA MANHÃ (21/11)



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE determina fiscalização rigorosa em obras irregulares da Agetop/2018

- O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Edson José Ferrari determinou que a Goinfra instaure tomada de contas especial para apurar fatos, identificar responsáveis, quantificar danos e promover o ressarcimento ao erário por irregularidades em obras na Rodovia GO-230, contratado pela Agetop, atual Goinfra, no governo anterior.
- A decisão, tomada em sessão plenária na tarde de ontem, determina também providências para a implementação dos serviços com vistas à conclusão da obra, "praticamente paralisada", de modo que não haja maiores prejuízos ao interesse público.
- O processo se originou de uma representação da Controladoria Geral do Estado (CGE) referente à realização de inspeção nas obras de terraplanagem e pavimentação asfáltica da Rodovia GO-230, trecho referente ao entroncamento da GO-517 (Água Fria de Goiás) com Mimoso de Goiás, com extensão de 49 km.
- Ferrari determinou que a Goinfra encaminhe ao TCE os autos do processo da tomada de contas especial em até 180 dias, a contar da data de sua instauração.w

DIÁRIO DA MANHÃ (21/11)

AGR admite instaurar processo contra a Enel

Processo administrativo pode levar à abertura de declaração de caducidade da concessão para a distribuidora explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em Goiás


Patrícia Junker: prejuízos causados pela Enel aos goianos

Helton Lenine

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) vai divulgar nos próximos dias o resultado de nova fiscalização realizada em junho deste ano na Enel Distribuição Goiás.

Na segunda-feira (19), a agência multou a distribuidora em R$ 62.115 milhões como resultado de uma fiscalização apenas da parte de atendimento comercial ao consumidor.

Na mesma época foi realizada uma fiscalização na parte operacional, cujo resultado será divulgado nos próximos dias, com possibilidade de aplicação de nova multa.

Em função dessas penalidades já aplicadas, a AGR admite a possibilidade de abertura de um processo administrativo contra a Enel. A presidente em exercício, Patrícia Junker, afirmou, em entrevista à rádio à Sagres 730, que a decisão sobre instauração do processo será tomada depois que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avaliar, em dezembro, o cumprimento do Plano Emergencial de Resgate da Qualidade. O processo administrativo pode levar à abertura de declaração de caducidade da concessão para a distribuidora explorar o serviço de distribuição de energia. O Plano Emergencial foi homologado pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) e pelo presidente da Enel Brasil, Nicola Cotugno, em agosto deste ano.

Estão marcadas duas avaliações do cumprimento desse plano, em dezembro de 2019 e em agosto de 2020. Há uma movimentação política no governo para tomar medidas drásticas contra a Enel, que comprou a antiga Celg em leilão realizado pelo então governador Marconi Perillo em 2016.

BAIXA QUALIDADE

O aumento de reclamações de consumidores contra a baixa qualidade no fornecimento de energia elétrica em Goiás, com interrupções que chegam a durar dias, em especial na zona rural, piorou a imagem da companhia e uniu governo e oposição na Assembleia Legislativa, conforme declarou à rádio Sagres 730 o deputado Talles Barreto, líder da bancada do PSDB.

Questionada sobre a possibilidade de abertura de um processo administrativo contra a empresa, a presidente interina da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), Patrícia Junker, disse que isso só seria possível em conjunto com a Aneel. "O processo administrativo seria possível, mas dentro do contexto da Aneel, com a colaboração da AGR, com dados, com a fiscalização, as reclamações, o sistema de ouvidoria e o fortalecimento que se tem em virtude do compromisso que foi firmado diretamente com o Estado de Goiás", afirmou à rádio Sagres 730. "É um momento crítico de questionamento do contrato como um todo. Se ela não cumprir o plano emergencial, um questionamento como até mesmo a extinção do contrato de concessão pode ser concretizado e o procedimento pode se iniciar sim", ressaltou a presidente.

De acordo com Patrícia Junker, a primeira rodada de análises do plano emergencial e do termo será feita no início de dezembro, para verificar se a Enel cumpre com as metas e compromissos estabelecidos.

A presidente interina disse ainda que a multa anunciada segunda-feira (18) em nada tem a ver com as declarações do governador a respeito de medidas mais enérgicas contra a Enel. "O trâmite aconteceu normalmente, de modo concatenado. Estava em vias de finalização na semana passada pelos outros procedimentos de fiscalização que estão acontecendo e que demanda uma análise técnica mais minuciosa, e que está em andamento.

Uma nova fiscalização da Enel, agora na área operacional, também iniciada em junho passado, acontece na região sudoeste do estado. De acordo com a presidente interina, ainda não há previsão para conclusão desta nova etapa. "Está em vias de ser concluída. Está fase de relatório, que é basicamente a conclusão do procedimento de fiscalização aqui na AGR", afirma.

DIÁRIO DA MANHÃ (21/11)

Lissauer Vieira: aval das procuradores do Estado e do Legislativo à encampação

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), deputado Lissauer Vieira (PSB), afirmou que, apesar de reconhecer que a proposta de encampação da Enel Goiás é polêmica, o projeto de lei apresentado na Casa é necessário na defesa do interesse público dos goianos. O parlamentar apontou que o caminho jurídico foi encontrado pelas promotorias do Estado e da Alego.

Em entrevista, o deputado endureceu o tom contra a empresa e afirmou que "a calamidade chegou ao extremo". Segundo Lissauer, após a Enel assinar o termo de compromisso junto ao Governo de Goiás e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o que se viu foi uma piora nas condições do fornecimento de energia elétrica no Estado.

"Os que nós vimos nos últimos dias foram diversas pessoas tomarem grandes prejuízos com a falta de fornecimento de energia elétrica, a paciência esgotou, nós precisamos fazer alguma coisa", afirmou o deputado, que acrescentou que a Enel tem direito de recorrer na Justiça, mas ponderou: "Nós não vamos recuar".



Lissauer: "Não vamos recuar"

Apesar de haver questionamentos sobre a legalidade da proposta de rescisão do contrato de concessão, o presidente da Assembleia Legislativa assegura que a medida é viável e necessária. "É o caminho que nós temos. Nós consultamos tanto a Procuradoria do Estado, como a Procuradoria da Assembleia, e é o caminho que nós temos. E nesse caminho nós vamos até o fim. Nós não estamos aqui para brincar. Nós estamos para cobrar dessa empresa e poder tomar a concessão da Enel aqui em Goiás e oferecer um serviço de qualidade para a população".

Lissauer Vieira foi taxativo: "Nós tentamos todas as formas de diálogo e nada adiantou. A população está revoltada e nos cobrando e temos que tomar atitudes. Aqui tem quem representa a população e quem vai fazer com que essa empresa respeite os sete milhões de habitantes aqui em Goiás".

O HOJE(21/11)

Emendas começam a ser pagas pelo Governo de Goiás

Venceslau Pimentel

As emendas parlamentares dos deputados estaduais por Goiás começaram a ser pagas, nesta segunda-feira (18), pelo Governo de Goiás. A informação foi confirmada pelo deputado estadual e primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, Dr Antonio (Democratas), que se reuniu com o secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino. Ele diz que a emenda para o município de Trindade, no valor de R$ 1,6 milhão, já foi paga e, que até quinta-feira todo o restante das emendas de todos os deputados será executado pelo Governo de Goiás.

O governo de Goiás deve distribuir R$ 61 milhões para os 21 deputados que apresentaram as emendas ao Orçamento, no passado, e foram reeleitos. Por se tratar de emendas impositivas, estão inclusos os deputados de oposição ao governo. O valor, distribuído pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), equivale a R$ 2,78 milhões para cada parlamentar, segundo o deputado.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que modificou e aumentou o orçamento impositivo foi aprovada este ano. Com o acordo, as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária continuarão sendo progressivas, mas da seguinte forma: O índice de 0,5% para 2019 será mantido, com destinação total dos recursos para a área da Saúde. Para 2020, será pago a cada um dos 41 deputados 0,7% da receita corrente líquida do Estado, sendo que, todo este valor, deverá ser destinado à Saúde e Educação.

Em 2021, este percentual subirá para 0,9%, sendo 70% dos recursos destinados para as áreas de Saúde e Educação e 30% livre. A partir de 2022, o percentual se estabelecerá em 1,2% da receita corrente líquida, observando a destinação de 70% para Saúde e Educação e o restante, 30%, também de livre indicação dos autores das emendas. **(Especial para O Hoje)**

O HOJE(21/11)

Rodovias recebem manutenção extra

Goinfra afirma que os investimentos serão ampliados e devem atender todas as regiões do Estado

Daniell Alves



Foram feitas recuperações de erosões, pontes e pavimentos de 107 ordens de serviços com investimento de R$ 9 milhões

As manutenções extras nas rodovias goianas devem beneficiar milhares de motoristas que circulam pelo Estado. A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) concluiu 107 serviços relacionados à melhoria da infraestrutura viária, conforme informado ontem (20). Foram feitas recuperações de erosões, pontes e pavimentos com investimento de R$ 9 milhões. A previsão é que novas ordens de serviço sejam assinadas para outras regiões mais afastadas. Outros R$ 29 milhões estão empenhados para dar prosseguimento às atividades.

Segundo a Goinfra, foi realizada a recomposição de 50 erosões e de nove drenagens nas vias estaduais em menos de um mês. Outras 36 pontes foram recuperadas, além da restauração de pavimento em quatro rodovias e o revestimento primário em outras oito vias não pavimentadas.

O diretor de Manutenção Rodoviária da Goinfra, Alex Possidônio, lembra que esses serviços representam uma fração dos investimentos feitos pelo órgão. "Foram contemplados 20 dos 27 lotes em que é dividido o Estado. Em breve atingiremos o objetivo de atender todas as regiões", avaliou.

Estão em obras as rodovias GO-336 (Crixás e Nova Crixás), GO-184 (Jataí a Caiapônia), GO-132 (Colinas do Sul a Minaçu), GO-060 (Fazenda Nova ao entroncamento das rodovias GO-060 e GO-326), GO-439 (Pilar de Goiás a Guarinos). A GO-164, que une o município de Quirinópolis à rodovia BR-452, está sendo restaurada.

Os 57,7 quilômetros da rodovia GO-164 receberam, na primeira etapa, serviços de fresagem (revestimento asfáltico) e de imprimação (aplicação de camada de asfalto sobre a superfície da base), além de reparos localizados. Foram concluídos, no início deste mês, os 10 quilômetros iniciais do trecho.

A Agência informa, ainda, que a rodovia GO-326 também está sendo totalmente recuperada. Além da conclusão da restauração de 3,6km, de um total de 15,5 km - trecho entre Sanclerlândia e Buriti de Goiás -, as equipes iniciaram os serviços de drenagem superficial da pista, que inclui meios-fios e entradas, saídas e descidas d'água.

Primeira etapa da GO-139 é entregue

Na última semana, foi entregue a obra de pavimentação asfáltica da GO-319, que leva o nome de rodovia "Comendador Manoel Antônio Dias". Segundo o Governo de Goiás, a iniciativa deve garantir a melhora no escoamento da produção local, favorecendo o crescimento econômico da região. "Não estamos brincando de governar. Governar é uma responsabilidade muito grande. E os meus secretários sabem disso", afirmou o governador durante a entrega.

Ele celebrou a parceria do governo com empresários da região e garantiu que na sua gestão a prática da "rachadinha" – pagamento de propina para ganhar a concessão – está extinta. "Eu disse aos empresários que eles terão de cumprir o que está no contrato assinado. Agora nós temos um laboratório que vai assegurar a qualidade da obra. A entrega será de acordo com o que for determinado no contrato", garantiu.

A obra corresponde ao primeiro lote de obras de pavimentação na região. O segundo lote prevê mais 23 quilômetros de asfalto, ligando o distrito de Marcianópolis à BR-452.

Investimentos nas rodovias estaduais

Os investimentos para realização das obras totalizam o valor de R$ 130 milhões. De acordo com Pedro Sales, secretário da Goinfra, a pavimentação asfáltica e a recuperação das rodovias vão contribuir com o desenvolvimento de Goiás. "Trata-se de investimentos consideráveis que devem ajudar a impulsionar a economia em todo o Estado", destaca.

Nos meses de setembro e outubro, a Goinfra iniciou diversas obras voltadas para a implantação e restauração de rodovias goianas e conservação de vias. Além dos R$ 130 milhões, outros R$ 10 milhões, afirma o órgão, estão sendo investidos em manutenção e conservação da malha viária. Também foram assinadas outras 170 ordens de serviços para execução de pequenos reparos emergenciais.

Recentemente, a Goinfra anunciou outros R$ 17 milhões para serviços extras de manutenção em rodovias pavimentadas e mais de R$ 12 milhões destinados a obras em rodovias não pavimentadas. Os recursos serão utilizados para dar prosseguimento aos serviços de recuperação de pontes, erosões, drenagens e revestimentos. **(Daniell Alves** *é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor interino de Cidades* **Rafael Melo)**

A REDAÇÃO (20/11)

SEGURANÇA

Sistema penitenciário goiano recebe R$ 7 mi em novos equipamentos e viaturas

Entrega foi feita pelo governador Caiado | 20.11.19 - 15:40

Tweetar Share 0



A Redação

Goiânia - O sistema penitenciário de Goiás recebeu, nesta quarta-feira (20/11), quase R$ 7 milhões em novos equipamentos e viaturas. Os recursos são do governo do Estado. "Sou imensamente grato às forças policiais que, nos momentos mais difíceis ao assumirmos o governo, deram a sustentação necessária para que recuperássemos Goiás", afirmou o governador Ronaldo Caiado durante o evento, que também reuniu outras autoridades.

Entre os itens entregues estão 275 coletes balísticos multiameaça, que oferecem segurança contra ataques com armas ou objetos perfurocortantes. É a primeira vez que este tipo de equipamento é entregue em Goiás. "São instrumentos necessários para que os agentes penitenciários cumpram suas funções com total segurança. Isso comprova o nosso respeito com as forças policiais. Vamos trabalhar para garantir cada vez mais instrumentos para auxiliá-las", destacou o governador.

Também foram repassadas mais de 1,1 mil algemas de tornozelo e de transporte, 280 pistolas PT-100, oito viaturas de escolta prisional, 56 portais para detecção de metal, 13 scanners corporais, aparelhos de ar condicionado e o projeto de reaparelhamento de 22 unidades básicas de saúde em presídios do Estado. "A atual gestão investe de forma muito eficiente no fortalecimento do sistema penitenciário e em melhores condições de trabalho dos agentes prisionais. A distribuição destes equipamentos será feita de maneira técnica para reforçar ainda mais a segurança dos presídios goianos", explicou o secretário Rodney Miranda.

Além dos equipamentos já entregues, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP), já iniciou processo para aquisição de mais 51 veículos operacionais e locação de novos scanners corporais. "Essa gestão conduz o sistema prisional de forma séria e oferece condições de trabalho dignas para os servidores da área. Nossa meta é investir também em qualificação para que os agentes executem suas atividades de forma cada vez mais eficiente", ressaltou o diretor-geral de Administração Penitenciária coronel Wellington Urzêda.

A REDAÇÃO (20/11)

DE ANÁPOLIS ATÉ PORANGATU

Governo de Goiás discute cronograma de operação da ferrovia Norte-Sul

Reunião será nesta quinta-feira (20/11) | 20.11.19 - 18:31

Tweetar Share 0

A Redação

Goiânia - O vice-governador Lincoln Tejota e o secretário de Indústria, Comércio e Serviços, Wilder Morais, recebem nesta quinta-feira (21/11) representantes da operadora de ferrovias Rumo S.A. para detalhar o cronograma de operação da Ferrovia Norte-Sul, que em Goiás parte de Anápolis até Porangatu, no Norte do Estado. A reunião será no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, às 10h30.

Na ocasião, os executivos da Rumo vão expor a dirigentes do governo goiano as etapas de funcionamento da Norte-Sul em Goiás. A Rumo ganhou, no início do ano, o leilão para concessão de trecho da Ferrovia Norte-Sul, que tem 95% das obras concluídas. Pelas regras contratuais, a concessionária tem dois anos para finalizar as intervenções e iniciar as operações em 2021 no trecho entre Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

O trecho concedido à Rumo situa-se entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP (1.537 km) e está dividido em dois tramos: central, compreendido entre Porto Nacional/TO e Anápolis/GO, com extensão de 855 km; e sul, abrangendo o trecho Ouro Verde de Goiás/GO e Estrela D'Oeste/SP, com extensão de 682 km.?